

SUMÁRIO EXECUTIVO

Workshop Observatório do Gás Natural

Este documento apresenta o Sumário Executivo do 2º Workshop do Observatório do Gás Natural, realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com a Pezco, em 14 de setembro de 2026, para discutir o lançamento do 2º Boletim Técnico do Observatório do Gás Natural. O documento reúne os principais pontos discutidos ao longo do encontro e sistematiza os principais encaminhamentos identificados em cada bloco temático, com foco nos temas que demandam acompanhamento, aprofundamento ou articulação posterior.

O workshop discutiu as condições para converter os avanços regulatórios e o crescimento da produção em oferta efetivamente disponível, concorrência e maior competitividade para os consumidores. A apresentação do segundo boletim técnico destacou três elementos do diagnóstico:

1. **crescimento da produção superior ao da oferta disponibilizada ao mercado;**
2. **ampliação do mercado livre ainda concentrada em contratos de curto prazo e flexíveis; e,**
3. **avanço simultâneo de instrumentos regulatórios cuja efetividade depende de implementação coordenada.**

O acesso à infraestrutura foi tratado como condição central para transformar disponibilidade de gás em oferta competitiva, mas não como solução isolada. A regulamentação do escoamento e processamento, o gas release, a comercialização do gás da União, o ciclo tarifário do transporte e a harmonização regulatória estadual integram uma agenda interdependente. O desafio identificado foi assegurar que esses instrumentos funcionem conjuntamente e produzam resultados econômicos verificáveis.

Acesso à infraestrutura e implementação da agenda regulatória

A discussão sobre escoamento e processamento concentrou-se nas condições econômicas e operacionais do acesso de terceiros. Foram destacadas questões relacionadas aos volumes utilizados no cálculo das tarifas, às penalidades contratuais e à ausência de contratação integrada entre os dois segmentos. A existência formal do direito de acesso precisa ser acompanhada de condições não discriminatórias, transparentes, tempestivas e previsíveis. A disponibilização de novos volumes deve considerar a possibilidade de migração dos consumidores vinculados a compromissos de compra de longo prazo, associando a discussão do gas release à do customer release.

O calendário apresentado no evento concentrou marcos de acompanhamento entre o encerramento de 2026 e o início de 2027. Foram destacados os desdobramentos da consulta sobre

acesso ao escoamento e processamento, cujo prazo de contribuições se encerrava no dia do workshop; o avanço da regulamentação do gas release, com perspectiva de vigência em 2027; o pré-edital do leilão do gás da União, previsto para setembro de 2026, e o leilão, previsto para o quarto trimestre; e as definições do ciclo tarifário do transporte, esperadas até dezembro. Esses horizontes correspondem às perspectivas apresentadas no encontro.

ENCAMINHAMENTO	ATORES ENVOLVIDOS	PRAZO
Acesso ao escoamento e processamento Acompanhar a regulamentação do acesso de terceiros ao escoamento e às UPGNs, especialmente condições de contratação, capacidade, tarifas e penalidades, e verificar como as regras se traduzem em acesso efetivo e não discriminatório.	ANP / Consulta Pública nº 13/2026 e Audiência Pública nº 13/2026.	Contribuições encerradas em 14/09/2026; audiência em 01/10/2026 . Resolução final esperada para dezembro de 2026.
Gás Release Acompanhar regulamentação do Programa de Redução da Concentração no Mercado de Gás Natural e sua articulação com as condições de migração dos consumidores hoje vinculados a contratos de longo prazo, incluindo os mecanismos de customer release discutidos no workshop.	ANP / Consulta Pública nº 16/2026, sob responsabilidade da Superintendência de Defesa da Concorrência (SDC).	Consulta até 28/09/2026; audiência pública em 21/10/2026 .
Gás da União Acompanhar a estruturação e realização do 1º Leilão de Gás Natural da União.	PPSA, MME e CNPE; comercialização e 1º Leilão de Gás Natural da União.	1º leilão previsto para outubro de 2026; pré-edital em preparação.

Planejamento, eficiência e transparência da infraestrutura

No debate sobre infraestrutura, foram ressaltadas a coordenação entre oferta, demanda e investimentos e a necessidade de considerar a localização e o momento de entrada dos novos volumes. Foram apresentadas iniciativas de adaptação e expansão da malha e defendida a integração das fontes de suprimento ao transporte, quando existente a rede ou economicamente viável a interligação. Também foi destacada a importância de considerar a localização e o momento de entrada dos novos volumes e o desenvolvimento simultâneo dos segmentos atendidos pela distribuição. Transporte e distribuição foram registrados como complementares. Foi alertado para o encarecimento estrutural nos segmentos de transporte e distribuição, com casos de expansão da base de ativos sem crescimento proporcional do consumo. Também foi destacada a necessidade de avaliação criteriosa dos investimentos, com participação dos usuários e atenção à segurança do

abastecimento.

A transparência foi apresentada como requisito para qualificar tanto as negociações de acesso quanto o planejamento. Foi destacada a necessidade de informações sobre capacidade efetiva, contratada, ociosa e reservada para utilização futura, além dos critérios de cálculo tarifário. Na avaliação apresentada, a insuficiência dessas informações dificulta a alocação da capacidade e a identificação das necessidades de expansão. O tema constitui, portanto, uma frente de acompanhamento relacionada à utilização da infraestrutura e à transparência das informações de capacidade.

ENCAMINHAMENTO	ATORES ENVOLVIDOS	PRAZO
Capacidade, ociosidade e transparência Acompanhar a divulgação e a qualidade das informações sobre capacidade efetiva, contratada, utilizada, reservada e ociosa, bem como os critérios utilizados no cálculo tarifário	ANP e agentes de infraestrutura.	Sem prazo único público. Tema a acompanhar nos processos regulatórios e negociações de acesso.
Capacidade futura, gargalos e custos Aprofundar a avaliação de quanto da infraestrutura existente poderá absorver o crescimento da oferta e da demanda e identificar os próximos gargalos, necessidades de expansão e possíveis efeitos sobre tarifas, custos e segurança do abastecimento.	ANP, transportadoras e agentes de mercado; avaliação pelo Observatório.	Sem prazo público único. Aprofundamento associado à evolução da oferta, demanda e entrada de novos volumes.

Desenvolvimento da demanda, da oferta e condições de contratação

O desenvolvimento da demanda foi apontado como dimensão que precisa acompanhar a agenda de oferta e infraestrutura. Foi enfatizada a competitividade industrial e proposta a realização de leilões de grandes volumes futuros, com contratação de longo prazo e articulação entre produtores, transportadoras e distribuidoras. Também foi defendida uma abordagem que contemple diferentes segmentos consumidores, destacando veículos pesados e data centers.

A integração entre os setores de gás e eletricidade também foi identificada como tema a aprofundar. Foi proposta a combinação da resposta da demanda industrial no setor elétrico com a aquisição, no mercado secundário, de gás não utilizado pelas termelétricas. Também foi reforçada a complementaridade entre os segmentos de consumo. Embora convergentes quanto à necessidade de ampliar o mercado, as intervenções apresentaram diferenças de ênfase sobre os usos prioritários do gás e os mecanismos de expansão da demanda.

O desenvolvimento da oferta onshore também foi tratado como componente relevante para o aprofundamento do mercado. Foram destacados o papel dos produtores independentes, a possibilidade de ampliar a liquidez e os investimentos em campos e o aproveitamento de

infraestrutura existente ou ociosa. A discussão sobre potenciais não convencionais, incluindo o fraturamento hidráulico, foi apresentada como parte de uma agenda mais ampla de aproveitamento dos recursos onshore, associada à necessidade de estudos e ao atendimento de requisitos de segurança e proteção ambiental.

ENCAMINHAMENTO	ATORES ENVOLVIDOS	PRAZO
Oferta Onshore e potenciais não convencionais Acompanhar o desenvolvimento da oferta onshore, incluindo a participação de produtores independentes, a liquidez e os investimentos em campos e o aproveitamento de infraestrutura existente ou ociosa. Acompanhar também estudos e definições sobre potenciais não convencionais.	MME e ANP, como interlocutores da agenda.	Sem prazo pactuado.

Harmonização regulatória e continuidade institucional

A harmonização entre União e estados permaneceu como frente de acompanhamento. Foram relatadas quatro agências estaduais aderentes ao Pacto Nacional, com expectativa de realização da primeira reunião ainda em setembro. Foi ressaltado o caráter voluntário do instrumento, a distinção entre adesão das agências e dos governos estaduais e a preservação das competências dos participantes.

A continuidade da agenda entre ciclos de governo foi outro eixo das manifestações finais. Foi proposta a consolidação de conclusões e resultados do Observatório em documento destinado às autoridades do governo atual e da próxima administração. Também foi defendida a institucionalização da agenda como política de Estado, articulada à redução do Custo Brasil. Foi destacado o fortalecimento das agências reguladoras, **com** atenção à estrutura, ao orçamento e ao pessoal necessários à implementação.

ENCAMINHAMENTO	ATORES ENVOLVIDOS	PRAZO
Pacto Nacional e harmonização regulatória Acompanhar a efetivação do Pacto Nacional, incluindo novas adesões e a realização das primeiras reuniões.	MME coordena o Pacto; secretarias estaduais e agências reguladoras participam conforme os instrumentos de adesão	Sem prazo público único de conclusão. O Pacto prevê reuniões de gerenciamento e reuniões técnicas temporárias; acompanhar adesões e primeiras reuniões.

Próximos Passos

Os temas e encaminhamentos sistematizados neste documento constituem uma agenda de acompanhamento para o Observatório do Gás Natural nos próximos meses. A partir das discussões realizadas no workshop, o Observatório acompanhará a evolução das principais iniciativas regulatórias e de mercado relacionadas à abertura e ao desenvolvimento do setor, acompanhando seus prazos, etapas de implementação, resultados e eventuais mudanças de trajetória.

Esse acompanhamento abrangerá, em especial, os desdobramentos relacionados ao acesso e à utilização da infraestrutura de escoamento, processamento e transporte, às tarifas e aos investimentos, à implementação do gas release e à comercialização do gás da União, bem como às condições de desenvolvimento da oferta e da demanda. Também serão observados os avanços na harmonização regulatória entre União e estados e as condições necessárias para que os instrumentos regulatórios em curso se traduzam em maior previsibilidade, concorrência e competitividade para os diferentes segmentos do mercado.

O monitoramento permitirá ao Observatório acompanhar não apenas a implementação e a evolução das iniciativas, mas também seus efeitos concretos sobre o funcionamento do mercado de gás natural. A análise buscará verificar em que medida os avanços regulatórios e de mercado se refletem nos indicadores monitorados pelo Observatório, contribuindo para ampliar a oferta disponível, estimular a demanda, melhorar as condições de acesso à infraestrutura, aumentar a concorrência e favorecer condições mais competitivas de preço para os consumidores. Dessa forma, o acompanhamento buscará conectar a evolução das medidas aos seus resultados efetivos, permitindo identificar avanços e eventuais desvios entre os objetivos estabelecidos e os efeitos observados no mercado. O workshop, portanto, estabelece uma agenda de acompanhamento contínuo, que permitirá ao Observatório avaliar não apenas a implementação das iniciativas, mas também como seus efeitos se refletem nos indicadores monitorados.